

O SR. PRESIDENTE (João Jorge - MDB) – Eles entendem o contrário da Sra. Eles entendem que devem participar as Comissões: Constituição, Justiça e Legislação Participativa; Administração Pública; Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; Trânsito, Transporte e Atividade Econômica; e Finanças e Orçamento. E, as que não devem participar...

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Eu fiz um pedido verbal, o Sr. não sabe me dizer o tema dos Projetos.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge - MDB) – Suspendo a presente sessão para a realização da Reunião Conjunta das Comissões para instituição dos projetos da pauta.

Participarão da Reunião Conjunta das Comissões: Constituição, Justiça e Legislação Participativa; Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; Administração Pública; Trânsito, Transporte e Atividade Econômica; e Finanças e Orçamento.

Convido a nobre Vereadora Sandra Santana da Presidência da CCJ para que presida o Congresso de Comissões.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. João Jorge.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge - MDB) – Reaberto os trabalhos.

Passemos ao próximo item da pauta.

- “PL 639/2025, DO EXECUTIVO. Prorroga o mandato dos membros do Conselho Municipal de Habitação - CMH - 8ª Gestão (biênio 2023/2025). FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA. ”

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge - MDB) – Deixe-o ler o item da pauta.

Há sobre a mesa parecer que será lido.

- É lido o seguinte: (parecer conjunto ao PL 639/25)

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge - MDB) – Antes de abrir a discussão, tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, requeiro, regimentalmente, a suspensão dos trabalhos por duas horas. Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge - MDB) – É regimental o pedido de V.Exa. A votos a suspensão dos trabalhos por duas horas.

Os Srs. Vereadores favoráveis votarão “sim”; os contrários, “não”.

- Inicia-se a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge - MDB) – Este Presidente vota “não”.

A SRA. SONAIRA FERNANDES (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. SILVÃO LEITE (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não” e encaminho voto “não”.

O SR. PAULO FRANGE (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. ZOE MARTÍNEZ (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ADRILLES JORGE (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. THAMMY MIRANDA (PSD) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. ELY TERUEL (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. DANILO DO POSTO DE SAÚDE (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente,
voto “não” e encaminhado voto “não”.

O SR. FABIO RIVA (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não” e encaminhado
voto “não”.

A SRA. SONAIRA FERNANDES (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. DR. MILTON FERREIRA (PODE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. AMANDA VETTORAZZO (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto
“não”.

O SR. SILVÃO LEITE (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto
“não”.

O SR. GABRIEL ABREU (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto

“não”.

O SR. KENJI ITO (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. SANDRA SANTANA (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. GEORGE HATO (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. SIMONE GANEM (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. DRA. SANDRA TADEU (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. JANAINA PASCHOAL (PP) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ISAC FÉLIX (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. EDIR SALES (PSD) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. MAJOR PALUMBO (PP) – (Pela ordem) – Vereador Major Palumbo vota “não”.

A SRA. PASTORA SANDRA ALVES (UNIÃO) – (Pela ordem) –Vereadora Pastora Sandra Alves vota ‘não’.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) – (Pela ordem) – Vereador Marcelo Messias vota

“não”.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. João Jorge, verifica-se que votaram

“sim” os Srs.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge - MDB) – Esgotado o tempo, passemos à proclamação do resultado.

Votaram “sim” 1 Sra. Vereadora; “não”, 33 Srs. Vereadores; Está rejeitado o requerimento de suspensão.

Em discussão o PL 639/25.

Tem a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Amanda Paschoal. Vamos entrar nos trinta minutos do PSOL que vai dividir o tempo entre os Vereadores.

A SRA. AMANDA PASCHOAL (PSOL) – Boa noite, Presidente e meus Colegas.

O Conselho Municipal de Habitação é uma instância que é essencial ao controle social e participação cidadã nas decisões sobre a política habitacional da nossa cidade.

É importante lembrar que os recursos do fundo de habitação são públicos e devem ser utilizados como responsabilidade, prioridade e justiça, especialmente, para beneficiar a população de baixa renda que, historicamente, é marginalizada nos processos de urbanização e planejamento urbano.

São claros os riscos de um sistema habitacional sem controle social efetivo. Mais de 100 entidades da sociedade civil, dentre elas o MTST e a OAB de São Paulo, além de inúmeros Parlamentares desta Casa, exigem uma CPI para investigar as isenções bilionárias concedidas a grandes construtoras pela atual gestão municipal.

Estima-se que mais de 1,7 bilhão em tributos foram deixados de ser arrecadados nos últimos anos, sob o pretexto de estimular a construção de habitação popular. Mas quem anda pela nossa cidade sabe muito bem. Os prédios construídos não são ocupados pelas famílias que mais precisam, muito pelo contrário, se concentram em áreas valorizadas com preços inalcançáveis, mesmo sendo subsidiados.

Esse escândalo fiscal não pode ser analisado isoladamente. Ele está diretamente ligado ao modelo de política urbana que se quer implementar com esse projeto. Um modelo que promete mais moradias, mais entrega, mais especulação. Um modelo que flexibiliza as regras

de construção para empreendimentos misto populares, mas que, na prática, prioriza os interesses do mercado imobiliário. O modelo que usa o nome da população de baixa renda, mas não constrói para ela.

Esse cenário reforça a importância de nós mantermos o Conselho Municipal de Habitação em funcionamento pleno, até que se conclua, com segurança e transparência, o processo eleitoral para a próxima gestão.

Como detalha o próprio projeto de lei, a eleição da nona gestão envolve cerca de 100 mil eleitores e mais de 1.500 voluntários, distribuídos em dezenas de unidades de subprefeituras, um esforço logístico de grande envergadura que exige tempo, cuidado e preparação técnica. O que nós não vemos no projeto.

Interromper o funcionamento do Conselho Municipal de Habitação, nesse contexto, seria abrir espaço para uma paralisia de funções fundamentais, como a fiscalização do orçamento habitacional, o acompanhamento de programas de regularização fundiária e a definição de critérios para a destinação de terrenos públicos. Mais do que isso, seria esvaziar o protagonismo da população na luta pelo direito à nossa cidade.

A prorrogação prevista no PL 639/2025 garante, inclusive, um limite claro, os conselheiros atuais só exercerão funções até a nomeação da nova gestão, ou seja, não há risco de perpetuação ou distorção institucional. Há apenas o cuidado legítimo de manter em funcionamento uma ferramenta de participação social até que o processo democrático se conclua.

A moradia é um direito e não uma mercadoria. E garantir esse direito exige instrumentos permanentes de escuta, de deliberação e fiscalização popular. Em tempos de escândalos urbanísticos e ameaças à transparência pública, fortalecer o Conselho Municipal de Habitação é fortalecer a nossa democracia.

Vamos juntos por moradia digna, pelo direito à cidade, pela voz dos que constroem São Paulo com as suas próprias mãos. A cidade de São Paulo vive uma crise habitacional crônica, mais de 1 milhão de pessoas vivem em condições precárias, em cortiços, favelas,

ocupações ou pagando aluguéis realmente insustentáveis.

Então, eu acredito que a manutenção desse projeto seja fundamental para que nós possamos garantir a qualidade do funcionamento do Conselho Municipal de Habitação na nossa cidade.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge - MDB) – Obrigado, nobre Vereadora Amanda Paschoal.

Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – Presidente, como já falei, eu acho a questão do Conselho hiperimportante. Ele é uma conquista da sociedade civil, e não somente o Conselho Municipal de Habitação, mas os da área da saúde, da assistência, das unidades escolares.

Inclusive eu tenho um projeto de lei para que tenhamos conselho, por exemplo, também na Rede Indireta de Educação, nos CEIs Conveniados, porque achamos importante dar espaço para a comunidade escolar, para pai, mãe, avós ou o responsável da criança, assim como dar espaço para os estudantes poderem se manifestar, dar opinião, falar, porque vivemos numa democracia ainda muito limitada, a que vivemos aqui.

A cidade de São Paulo tem 12 milhões de pessoas, aproximadamente, e nós temos 55 Vereadores representando essas 12 milhões de pessoas. E, às vezes, nem todos os meus eleitores concordam com o que eu vou votar aqui. Então eu acho também que escutar as pessoas, escutar o povo, a opinião da sociedade civil é importantíssimo. E eu acho que o Conselho é mais um elemento para conseguirmos consolidar a nossa democracia, uma democracia inclusive muito frágil.

E é evidente que, se nós estamos adiando, há um equívoco do Governo em não ter conseguido preparar a contento a eleição. Mas eu também acho que é um acerto, até um

reconhecimento, na hora em que se está adiando a eleição. Eu prefiro que adie e faça uma eleição com todas as condições para que realmente a democracia prevaleça, na qual os candidatos possam fazer a sua inscrição, a sua campanha, e que as pessoas que vão votar consigam saber a proposta de cada um, o que cada um vai defender, e que nós tenhamos postos de votação adequados, com uma quantidade grande na cidade, até porque, na última eleição, nós chegamos ao número, mais ou menos, de 100 mil pessoas votando. Quer dizer, o Conselho é bem representativo mesmo.

Então, nesse sentido, achamos muito importante que quando acontecer a eleição, que haja condição, que haja estrutura. Há uma quantidade de pessoas voluntárias, que acabam ajudando nessa eleição, porque nós estamos falando de milhares de pessoas, imaginem, 100 mil pessoas votando, não é simples de organizar, nós entendemos, mas também entendemos que é melhor adiar do que fazer a eleição de modo atropelado. Então, é um movimento social, e os movimentos chegarem num entendimento com o Governo, eu acho importante. Eu só não sei o mês, se é mais para o final do ano, daqui 5 meses, se foi acordado a data, o mês para que haja a nova eleição. Mesmo assim, se não foi acordado, mas ao adiar e ter condições de fazer uma eleição, realmente é para que não tenhamos problemas, que tenha lisura em todo o processo, que tenha condições, pontos suficientes, achamos muito importante que isso aconteça. Por isso, inclusive, nós iremos votar a favor desse projeto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge - MDB) – Obrigado, nobre Vereador.

Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI (PT) – Obrigado, Presidente. Eu quero falar, primeiro, sobre o Conselho e depois falar sobre esse projeto de lei. Em primeiro lugar, dizer da importância do Conselho Municipal de Habitação, que foi aprovado em 2002 - quando eu Vereador aqui nesta Casa - a Lei nº 13.425/02, projeto do ex-vereador Adriano Diogo, muito importante, que, inclusive,

é um modelo de como deveriam funcionar os conselhos das várias áreas da cidade de São Paulo, uma vez que tem representação tripartite: 1/3 poder público; 1/3 usuários, particularmente os movimentos de moradia; e 1/3 sociedade civil organizada.

O Conselho Municipal de Habitação é importante porque, inclusive, tem caráter deliberativo, além de caráter fiscalizatório em relação a questões importantes, como recursos do Fundo Municipal de Habitação. Além do que, representa um importante instrumento da democracia participativa, complementa a democracia representativa, ou seja, complementa o trabalho do Legislativo Municipal. Nessa medida, tem papel fundamental na participação da sociedade, na formulação de políticas públicas, que nem sempre são discutidas nesta Casa, com profundidade e especificidade, que podem ser debatidas no conselho. É um conselho importante que, infelizmente, não tem sido tratado com a devida seriedade, tanto que nós tivemos os mandatos dos conselheiros encerrados em março. Em março, e nós estamos em junho, e o projeto de lei afirma o seguinte: os mandatos são prorrogáveis por 5 meses, a partir da publicação dessa lei, lei que será aprovada, não hoje, mas em segunda votação. Então, veja bem, fiquei um pouco estupefato, porque, de fato, os mandatos desse conselho já encerraram. Como é que poderemos prorrogar um mandato que encerrou? E o conselho tem funções importantes, como, por exemplo, aprovar as terceirizações, as contas do Fundo Municipal de Habitação.

Nesse sentido, até conversei com o Líder do Governo, esse projeto vai ter de ser modificado em segunda votação, porque nós não podemos prorrogar mandato que já encerrou. O projeto de lei vai ter de ser reformulado, passar novamente por congresso de comissões para estabelecer a validade do período anterior à data da aprovação da lei, ou seja, prorrogar os mandatos a partir de março, e poder continuar a partir de então. Então, embora imperfeito, ao mesmo tempo, vou votar favoravelmente ao projeto em primeira votação. O Governo precisa trabalhar para corrigir e dar legalidade, porque, vejam bem, poderá ser contestado o fato de os mandatos terem sido encerrados e, agora, serem prorrogados retroativamente, que é o que terá de ser proposto. Então o jurídico vai precisar verificar essa questão para dar legalidade a esse projeto.

Quero também alertar para a necessidade de a Secretaria ser mais organizada no processo de votação, de definição da eleição. Admito que é uma eleição complexa, porque vai acontecer na Cidade toda, é um processo eleitoral que pode ter centenas de milhares de pessoas votando. Na última vez tivemos quase cem mil pessoas votando, então é um processo complexo, mas a Secretaria precisa se preparar para fazer esse processo, porque a democracia participativa é extremamente importante na nossa cidade. Temos avanços em relação a isso, mas muitas vezes os conselhos que exercem a democracia participativa não são tratados com a devida seriedade por parte do Executivo. E, em decorrência disso, temos essa situação de imperfeição do processo de presença do conselho.

Afirmo o voto favorável, meu e da Bancada do Partido dos Trabalhadores, mas com a necessidade de haver mudança no projeto de lei, em segunda votação, para que tenhamos, realmente, uma legalidade na aprovação dessa lei.

Muito obrigado.

A SRA. ELY TERUEL (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge - MDB) – Tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Ely Teruel.

A SRA. ELY TERUEL (PODE) – (Pela ordem) – Gostaria de registrar a presença de dois grandes amigos, abençoados: o Padre Bento, da Basílica de Santana - Basílica que está completando, inclusive, 130 anos no dia 12 de julho -, ele que recebeu um Título de Cidadão Paulistano nesta Casa, por minha autoria. Também quero agradecer a presença do Padre Sandro Ely, da Catedral do Campo Limpo, da Sagrada Família. Sejam muito bem-vindos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Jorge - MDB) – Bem-vindos.

A SRA. ELY TERUEL (PODE) – (Pela ordem) - E vieram, claro, abençoar esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge - MDB) – Passo a presidência, neste momento, ao nobre Vereador Silvão Leite.

- Assume a presidência o Sr. Silvão Leite.

O SR. PRESIDENTE (Silvão Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Luana Alves, por cinco minutos.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Boa noite, vereadoras, vereadores, público que nos assiste pela Rede Câmara.

Este é um debate muito importante. Estamos falando, na prática, da mudança do calendário eleitoral do Conselho Municipal de Habitação, um conselho que tem uma importância gigante, porque é o órgão da participação popular, de munícipes de São Paulo, para definir sobre políticas habitacionais.

Como foi dito pelo Vereador Nabil Bonduki, é uma eleição que teve mais de 100 mil votantes no último pleito, então se vê o tamanho, o peso que a população de São Paulo para o Conselho Municipal de Habitação, porque é um conselho que estará com a Secretaria Municipal na definição das políticas, das prioridades, do que será feito em termos de atendimento habitacional à população de São Paulo. Na prática, nós, da Bancada do PSol, somos favoráveis a esse projeto, porque foi uma mudança de calendário de acordo com diversos movimentos de moradia, que têm ocupações de moradia, fazem a luta; foi feito em acordo, por isso nós concordamos.

Porque, infelizmente, a Prefeitura não teve competência de conseguir, em tempo hábil, organizar um processo eleitoral, com tudo que uma eleição desse porte exige do ponto de

vista logístico, de estrutura, jurídico, administrativo. Como a Prefeitura não teve essa capacidade, essa competência, precisou prorrogar os mandatos de quem já é conselheiro para conseguir passar um pouco mais para frente essa eleição. Então, como foi um acordo com os movimentos, entendemos que é necessário.

Agora, o que nós cobramos e vamos cobrar, Sr. Líder do Governo, Srs. Vereadores que estão na Mesa, é que o processo seja o mais correto possível, porque a participação popular nessa eleição é muito grande, dezenas de milhares de paulistanas e paulistanos fazem parte da eleição do Conselho Municipal de Habitação. Queremos que seja um processo que tenha muita lisura, que seja muito certo, que quem, de fato, tiver mais votos consiga ou manter o seu mandato, ou representar as suas bases, representar os seus movimentos, as companheiras e os companheiros de luta das suas ocupações, dos seus movimentos de moradia. Isso é muito fundamental.

Eu queria, mais uma vez, voltar para um tema que já falei mais cedo, que tem a ver com a habitação. Trata-se do desmonte das políticas de moradia em São Paulo. Hoje, quem está garantindo moradia popular são as ocupações, não está sendo a política de moradia.

O que conseguimos ter de atendimento habitacional, de fato, é muito pouco. Primeiro, porque não temos um ajuste do tal auxílio aluguel, que continua sendo um valor ridículo. Para muitas famílias ainda seguem recebendo 400 reais.

Eu queria perguntar, quem faz alguma coisa com 400 reais, em São Paulo, em termos de moradia? Isso é impossível. Não ajuda nem no mercado da família que está abrigando. Na prática, é isso, é a pessoa passar vergonha de morar com um parente. Com esses 400 reais, a pessoa ajuda no mercado do mês, mas ajuda mal.

Então é uma situação humilhante para uma pessoa que saiu às vezes da sua casa, a partir de um processo de reintegração e tem de morar com um parente, com um familiar, com um amigo, numa situação horrorosa. Então é muito ruim isso. Esse valor continua sendo baixíssimo. Fazemos esse debate há muito tempo.

Segundo, muitas vezes o atendimento habitacional não tem um subsídio bacana, não

é um subsídio que entenda a situação de renda da pessoa. Na prática, ela ganhou uma dívida, ela não ganha um atendimento habitacional que tem uma parcela que ela pode pagar. Sendo uma pessoa que tem um salário mínimo ou às vezes menos, porque tem gente que não tem salário mínimo.

No caso do Moinho nós vimos isso que a senhora acompanhou muito bem. A CDHU estadual, na verdade, chegou a orientar algumas famílias a mentir a renda para dizer que tinha um salário mínimo para conseguir entrar no programa. Felizmente, teve uma ação aí envolvendo a luta dos moradores, o Governo Federal fez uma proposta, mas a proposta original do Governador Tarcísio era uma dívida 250 mil reais, com nenhum subsídio, para a pessoa mentir a sua renda dizendo que tinha um salário mínimo, ela não conseguiria pagar essa parcela.

Por consequência, não conseguindo pagar essa parcela, qual era o destino dessa pessoa? Ela já perdeu a sua casa no Moinho onde investiu anos da sua renda. Tem milhares e milhares de reais ali, dezenas de milhares de reais para ir para o apartamento que ela não conseguiria pagar, iria perder. Daqui a dois, três anos, no máximo, ela ia parar em outra ocupação.

Essa é a história da habitação de São Paulo que conhecemos. Agora, o que se vê é que a Prefeitura vai deixando passar. Não só vai deixando passar essa situação, como não quer investigar.

Aí voltamos na questão da CPI não quer investigar as fraudes do HIS. Por que a fraude do HIS? Essas empresas construtoras milionárias de São Paulo captam dinheiro público, seja a partir de isenção fiscal que elas ganham, seja a partir de captar dinheiro direto mesmo, para, supostamente, construir Habitação de Interesse Social. Aí elas vendem para o mercado da classe média. Constroem unidades habitacionais que não são para a população pobre.

Sinceramente, estamos vendo o caso dessas construtoras que pegam essa isenção, que seria para Habitação de Interesse Social, vendem unidade habitacional cara, cara e minúscula.

Vimos o caso aí vendendo cubículo por 500 mil reais, para a pessoa passar 40 anos

pagando. Isso é atendimento habitacional? Não é.

O SR. PRESIDENTE (Silvão Leite - UNIÃO) – Para concluir, nobre Vereadora.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Já estou terminando.

Queria, mais uma vez reforçar, nós somos a favor desse projeto, mas nós somos a favor, também, Presidente Silvão Leite, que o Conselho Municipal de Habitação tenha voz perante a Secretaria Municipal de Habitação. Não adianta também ter um conselho que fique só dando opinião. Tem que ser levado em conta.

O Secretário de Habitação, Sidney Cruz, que foi nosso Colega, um Vereador que também veio da periferia, sabe muito bem que o Conselho Municipal de Habitação é composto, principalmente, por lutadores e lutadoras das periferias, que estão nos movimentos sociais de moradia. Então, eles têm que ser ouvidos, têm que conseguir ter seu espaço, a sua voz, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Silvão Leite - UNIÃO) – Para concluir, nobre Vereadora.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Vou só passar rapidamente. Só para concluir, porque esse ponto é muito importante na questão habitacional.

Eu também queria reforçar uma última coisa, você que é da zona Sul, sabe muito bem. Nós estamos vendo, muitas reintegrações de posse no Vargem Grande, em Parelheiros. Vai lá a Polícia Militar, retira as pessoas das suas casas sem nenhuma alternativa. Estamos vendo isso acontecer novamente, com muita força em São Paulo.

Há lugares, Presidente, já estou finalizando, que são terrenos privados que querem vender para a Prefeitura, querem vender. Tem um terreno ali, por exemplo, na região de Parelheiros que existe uma ocupação de moradia com milhares de famílias, que oficialmente o terreno é de posse de uma empresa, que não tem nada para fazer ali. Inclusive, muitos terrenos

são ZEIS, são destinadas para a ocupação de moradia social. A empresa só pode vender para a Prefeitura. A única coisa que a empresa pode fazer, mas a Prefeitura não quer comprar para construir moradia.

Então é uma situação muito grave. Eu espero que consigamos aprovar e que o Conselho Municipal de Habitação tenha voz sobre as decisões na Secretaria Municipal de Habitação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Silvão Leite - UNIÃO) – Obrigado, nobre Vereadora Luana Alves.

Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, cumprimento o público que nos acompanha.

Sr. Presidente, meus colegas já falaram muito bem a respeito desse projeto. O que temos de colocar em perspectiva é o Conselho Municipal de Habitação. Queremos que o conselho tenha, de fato, uma voz efetiva e temos uma preocupação, Sr. Presidente, porque o que está acontecendo na cidade de São Paulo e no estado de São Paulo, pela interferência do Governador Tarcísio e do Prefeito Ricardo Nunes, seguindo essa orientação, é criminalizar o movimento de moradias da cidade de São Paulo.

Temos várias áreas que poderiam ser destinadas à Habitação de Interesse Social. Deveria haver política pública. Já aprovamos projetos para intervenção em políticas públicas e PIUs, Programas de Intervenção Urbana, em algumas regiões da cidade de São Paulo, e vemos que em muitas delas nada aconteceu. As Habitações de Interesse Social não foram levadas a cabo. Isso foi aprovado com urgência e tudo mais, mas não foi levado a cabo e as pessoas acabam não tendo o direito à moradia.

Hoje, por exemplo, nós tivemos um grande ato do MTST pelo despejo zero. O que

está ocorrendo na cidade de São Paulo é que o Governador Tarcísio também está retirando com truculência famílias, crianças e pessoas idosas de suas casas, com a oferta de um aluguel social de 400 ou 500 reais. Todos nós sabemos que com 400 ou 500 reais não se faz absolutamente nada. Isso é um escárnio com essa população que não tem moradia. Então, é muito importante que façamos uma discussão séria, que entendamos e vejamos os espaços disponíveis para a construção de Habitação de Interesse Social e que não tenhamos despejos.

Quando eu falo em despejo, Sr. Presidente, falo também da moradia, mas nós estamos vendo, no Centro da cidade, na região da chamada Cracolândia da cidade de São Paulo, que o Prefeito Ricardo Nunes, assim, de forma muito covarde, emitiu uma ordem de despejo contra um aparelho de cultura, que é o Teatro de Contêiner, que faz um trabalho excepcional, não só para o município, para o estado e para o Brasil, mas é reconhecido internacionalmente. É reconhecido esse trabalho que faz o Teatro de Contêiner e o Prefeito Ricardo Nunes, sob a alegação da construção de Habitação de Interesse Social, quer retirar um equipamento de cultura.

Ninguém é contra Habitação de Interesse Social. Obviamente, ninguém é contra, mas vejam o Centro da cidade de São Paulo, com centenas de prédios ociosos, abandonados, sem uma política pública da construção de Habitação de Interesse Social, e S.Exa. vai justamente atacar um equipamento de cultura, que é o Teatro de Contêiner, que já tem mais de quatro mil apresentações. Mais de 500 mil pessoas já foram contempladas, ali. Foram atendidas, não só sob o aspecto cultural, mas também sob o aspecto social e assistencial. Durante a pandemia, esse coletivo trabalhou muito naquela região.

Para finalizar, Sr. Presidente, agradeço se a assessoria puder exibir um *slide* no telão, que é importante, também.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – O Governador Tarcísio está querendo instalar

as escolas cívico-militares no estado de São Paulo e o Prefeito Ricardo Nunes já está aderindo a isso. O nosso coletivo Educação em Primeiro Lugar, com a Deputada Federal Luciene Cavalcante e o Deputado Carlos Giannazi, acionou a ONU. Fomos até a ONU fazer esse debate e a Deputada Federal Luciene Cavalcante esteve com o alto comissariado da ONU.

Aqui, fala-se do aspecto das crianças e dos adolescentes e há uma recomendação do Comitê da ONU para que os estados e municípios sigam a determinação do Governo Federal, que já acabou com o programa Pecim, o Programa das Escolas Cívico-Militares, no nosso país. Então, essa orientação é muito importante e nós vamos despachar, depois, com o Ministro Gilmar Mendes, anexando essa orientação da ONU às Adins que o nosso coletivo Educação em Primeiro Lugar tem no Supremo Tribunal Federal que está com a relatoria do Ministro Gilmar Mendes, do STF, para que tenhamos dinheiro público para a educação pública. Não dinheiro público para segurança pública dentro das escolas municipais ou estaduais.

Essa é uma Vitória da educação pública no Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo, em todo o Brasil. Essa recomendação da ONU, proíbe que haja a implementação das Escolas Cívico Militares no nosso país. É um ponto muito importante. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Silvão Leite - UNIÃO) – Não há mais oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o PL 639/25 Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa). Aprovado em primeira discussão, volta em segunda.

Passemos item seguinte.

- “PL 640/2025, DO EXECUTIVO. Revoga parcialmente alinhamentos viários da Lei nº 16.020, de 02 de julho de 2014, e aprova novos, para os distritos de Grajaú e Cidade Dutra.
FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA”.